

SUMÁRIO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO	45
1.1. Noções introdutórias	45
1.1.1. O Estado e sua organização	45
1.1.2. A tripartição do Poder e a função administrativa	47
1.2. Administração pública	50
1.2.1. Governo e Administração	50
1.2.2. Formas de governo	51
1.2.3. Sistemas de governo	52
1.2.4. Sentidos da expressão Administração Pública	52
1.2.4.1. Administração Pública em sentido subjetivo, formal ou orgânico	52
1.2.4.2. Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional	53
1.2.4.3. Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito	57
1.2.5. Sistemas de controle da atuação administrativa	57
1.3. Direito administrativo	60
1.3.1. O Direito Administrativo e os ramos do Direito	60
1.3.2. Origem e evolução histórica do Direito Administrativo	62
1.3.3. Ausência de codificação	66
1.3.4. Objeto e método de estudo do Direito Administrativo	67
1.3.5. Conceito de Direito Administrativo	68
1.3.5.1. Critério legalista (Escola Exegética, Legalista, Empírica ou Caótica)	68
1.3.5.2. Critério do Poder Executivo	68
1.3.5.3. Critério do Serviço Público (ou Escola do Serviço Público)	68
1.3.5.4. Critério das relações jurídicas	69
1.3.5.5. Critério teleológico (ou finalístico)	69

1.3.5.6.	Critério negativo ou residual	70
1.3.5.7.	Critério da Administração Pública	70
1.3.5.8.	Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado	70
1.3.5.9.	Critério da distinção entre atividades de autoridade e atividades de gestão (Escola da <i>puissance publique</i> ou da potestade pública)	71
1.3.5.10.	O conceito de Direito Administrativo na doutrina nacional	71
1.3.5.11.	Quadro esquematizado	72
1.3.6.	Fontes do Direito Administrativo	73
1.3.7.	Transformações contemporâneas do Direito Administrativo brasileiro	76
2.	ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	79
2.1.	Órgãos Públicos	79
2.1.1.	Introdução	79
2.1.2.	Teorias sobre a relação do Estado com os agentes públicos	80
2.1.2.1.	Teoria do mandato	80
2.1.2.2.	Teoria da representação	80
2.1.2.3.	Teoria do órgão	80
2.1.3.	Conceito de órgão público	81
2.1.4.	Características dos órgãos públicos	82
2.1.5.	Classificação dos órgãos públicos	85
2.1.5.1.	Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos	85
2.1.5.2.	Órgãos simples ou compostos	87
2.1.5.3.	Órgãos singulares ou colegiados	87
2.1.5.4.	Outras classificações	87
2.2.	Organização Da Administração Pública	88
2.2.1.	Centralização e descentralização	88
2.2.2.	Modalidades de descentralização	89
2.2.3.	Concentração e desconcentração	92
2.2.4.	Combinação entre centralização/descentralização e concentração/desconcentração	93
2.2.5.	Administração Direta	94
2.2.6.	Administração Indireta	95
2.2.6.1.	Espécies de entidades da Administração Indireta	97
2.2.6.2.	Criação e extinção de entidades da Administração Indireta	98

2.2.6.3.	Iniciativa legislativa para criação de entidades administrativas	99
2.2.7.	Entidades paraestatais	100
2.3.	Autarquias	101
2.3.1.	Conceito e características	101
2.3.2.	Classificação das autarquias	102
2.3.3.	Criação e extinção	104
2.3.4.	Atividades desenvolvidas, atos e contratos	105
2.3.5.	Bens autárquicos	105
2.3.6.	Relação com o ente político instituidor e o controle finalístico	106
2.3.7.	Regime de pessoal	107
2.3.8.	Foro competente para os litígios judiciais	107
2.3.9.	Privilégios processuais	108
2.3.10.	Responsabilidade civil	109
2.3.11.	Imunidade tributária	109
2.3.12.	Quadro-resumo das principais características das autarquias	110
2.4.	Fundações públicas	111
2.4.1.	Conceito e natureza jurídica	111
2.4.2.	Criação e extinção	113
2.4.3.	Regime jurídico das fundações públicas de direito privado	114
2.4.3.1.	Atividades desenvolvidas, atos e contratos	114
2.4.3.2.	Bens	116
2.4.3.3.	Relação com o ente político instituidor	116
2.4.3.4.	Controle	116
2.4.3.5.	Pessoal	117
2.4.3.6.	Foro competente para os litígios judiciais	117
2.4.3.7.	Inexistência de privilégios processuais	117
2.4.3.8.	Responsabilidade civil	118
2.4.3.9.	Imunidade tributária	118
2.4.4.	Quadro comparativo entre as fundações governamentais de direito público e as de direito privado	118
2.5.	Empresas estatais	119
2.5.1.	Introdução	119
2.5.2.	Conceitos: empresa pública e sociedade de economia mista	120
2.5.3.	Finalidades	121
2.5.4.	Criação e extinção	123

2.5.4.1.	Criação de subsidiárias	123
2.5.5.	Regime jurídico	125
2.5.6.	Licitação e contratos	126
2.5.7.	Pessoal	126
2.5.7.1.	Dirigentes	127
2.5.7.2.	Restrições à composição do Conselho de Administração e Diretoria	128
2.5.7.2.1.	Exigências de qualificação técnica	129
2.5.7.2.2.	Restrição às nomeações fundadas em critérios polí- ticos	130
2.5.8.	Bens	131
2.5.9.	Responsabilidade civil	132
2.5.10.	Regime tributário	132
2.5.11.	Falência	135
2.5.12.	Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista	135
2.5.12.1.	Forma jurídica	135
2.5.12.2.	Composição do capital	136
2.5.12.3.	Foro competente	137
2.5.13.	Quadros-resumo do regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista	137
2.6.	Consórcios públicos	138
2.6.1.	Considerações gerais	138
2.6.2.	Conceito e natureza jurídica	138
2.6.3.	Partícipes do consórcio público	140
2.6.4.	Instituição, alteração e extinção do consórcio público	141
2.6.5.	Privilégios	145
2.6.6.	Contrato de rateio	146
2.6.7.	Contrato de programa e convênio de cooperação	147
2.6.8.	Quadro dos principais aspectos relativos à disciplina legal dos con- sócios públicos	149
2.7.	Agências executivas	150
2.8.	Agências reguladoras	152
2.8.1.	Considerações gerais	152
2.8.2.	Natureza jurídica	154
2.8.3.	Regime jurídico especial	155
2.8.4.	Poder normativo	157

2.8.5.	Regime de pessoal	159
2.8.6.	Dirigentes	160
2.8.7.	Quarentena	161
2.8.8.	Licitação	162
2.8.9.	Principais agências reguladoras	163
2.8.10.	Processo decisório das agências reguladoras federais	164
2.8.11.	Prestação de contas	165
2.8.12.	Ouvidoria	166
2.8.13.	Interação operacional e atuação articulada das agências reguladoras federais	167
2.8.14.	Quadro sinótico das agências reguladoras	169
3.	O TERCEIRO SETOR	171
3.1.	A reforma do aparelho do estado	171
3.2.	Contrato de gestão (acordo-programa ou contrato de desempenho)	175
3.3.	O terceiro setor	178
3.3.1.	Organizações sociais	182
3.3.1.1.	Requisitos para qualificação	182
3.3.1.2.	Contrato de gestão firmado com as organizações sociais	184
3.3.1.3.	Incentivos concedidos às organizações sociais	185
3.3.1.4.	Fiscalização e desqualificação da entidade como organização social	185
3.3.2.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	186
3.3.2.1.	Áreas de atuação	186
3.3.2.2.	Pessoas que não podem ser qualificadas	187
3.3.2.3.	Processo de qualificação	188
3.3.2.4.	Termo de parceria	189
3.3.2.5.	Fiscalização e desqualificação da entidade como OSCIP	191
3.3.2.6.	Quadro comparativo – OS e OSCIP	192
3.3.3.	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	193
3.3.3.1.	Entidades aptas a firmar parcerias voluntárias com o Poder Público e os instrumentos de formalização das parcerias	195
3.3.3.2.	Entidades impedidas de firmar parcerias voluntárias	197
3.3.3.3.	Atividades que não podem ser objeto de parcerias voluntárias	198
3.3.3.4.	A seleção do parceiro privado – o chamamento público	198

3.3.3.5.	Inexigibilidade e dispensa de chamamento público	199
3.3.3.6.	Fiscalização e prestação de contas	200
3.3.3.7.	Sanções administrativas	201
3.3.3.8.	Quadro comparativo entre as parcerias com OSC, OS e OSCIP ...	202
3.3.4.	Serviços sociais autônomos	202
3.3.5.	Entidades de apoio	204

4.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO – PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	207
4.1.	Considerações iniciais	207
4.2.	Regime jurídico da administração	211
4.3.	Regime jurídico-administrativo	212
4.3.1.	Interesse público primário e secundário	213
4.4.	Supraprincípios de direito administrativo	215
4.4.1.	Princípio da supremacia do interesse público	215
4.4.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	218
4.5.	Princípios constitucionais da administração pública	221
4.5.1.	Princípio da legalidade	221
4.5.1.1.	Bloco de legalidade e princípio da juridicidade	226
4.5.1.2.	Exceções ao princípio da legalidade	227
4.5.2.	Princípio da impessoalidade	229
4.5.3.	Princípio da moralidade	233
4.5.4.	Princípio da publicidade	236
4.5.4.1.	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	240
4.5.4.2.	Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018, alterada pela Lei 13.853/2019)	243
4.5.5.	Princípio da eficiência	245
4.6.	Princípios administrativos reconhecidos	249
4.6.1.	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	249
4.6.2.	Princípio da motivação	253
4.6.3.	Princípio da autotutela	257
4.6.4.	Princípios da segurança jurídica, da proteção à confiança e da boa-fé	262
4.6.5.	Princípio da continuidade dos serviços públicos	266
4.6.6.	Princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade	270
4.6.7.	Princípio da especialidade	271

4.6.8.	Princípio da intranscendência subjetiva das sanções	272
4.6.9.	Princípio da hierarquia	272
4.6.10.	Outros princípios	273
4.6.11.	Quadro sinótico – Princípios da Administração Pública	275
5.	PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	277
5.1.	Introdução	277
5.2.	Poderes administrativos	278
5.2.1.	Poder vinculado	279
5.2.2.	Poder discricionário	280
5.2.3.	Poder hierárquico	283
5.2.4.	Poder disciplinar	286
5.2.5.	Poder regulamentar	288
5.2.5.1.	Considerações iniciais	288
5.2.5.2.	Regulamento executivo	290
5.2.5.3.	Regulamento independente (ou autônomo)	292
5.2.5.4.	Regulamento autorizado (ou delegado)	293
5.2.5.5.	Quadro comparativo – Lei e regulamentos executivo, autônomo e autorizado	294
5.2.5.6.	Regulamentos jurídicos e regulamentos administrativos	294
5.2.5.7.	Regulamentos de necessidade	295
5.2.6.	Poder de polícia	295
5.2.6.1.	Conceito	295
5.2.6.2.	Sentidos amplo e estrito	297
5.2.6.3.	Distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária	297
5.2.6.4.	Distinção entre poder de polícia e serviço público	299
5.2.6.5.	Técnicas de ordenação	299
5.2.6.6.	Competência	300
5.2.6.7.	Meios de atuação	302
5.2.6.8.	Ciclo de polícia	302
5.2.6.9.	Atributos (características)	304
5.2.6.9.1.	Discricionariedade	304
5.2.6.9.2.	Autoexecutoriedade	305
5.2.6.9.3.	Coercibilidade	307
5.2.6.10.	Poder de polícia originário e poder de polícia delegado	307

5.2.6.11.	Limites	309
5.2.6.12.	Prescrição	310
5.2.6.13.	Poder de polícia interfederativo	311
5.3.	Abuso de poder	311
5.4.	Deveres administrativos	312
5.4.1.	Dever de agir	312
5.4.2.	Dever de eficiência	313
5.4.3.	Dever de prestar contas	313
5.4.4.	Dever de probidade	314
6.	AGENTES PÚBLICOS	315
6.1.	Introdução	315
6.2.	Normas constitucionais relativas aos servidores públicos	319
6.2.1.	A organização legal do serviço público	319
6.2.2.	O regime jurídico do servidor	324
6.2.2.1.	Regime jurídico dos servidores temporários	325
6.2.3.	O direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	329
6.2.3.1.	Requisitos de acesso	331
6.2.3.2.	Momento da comprovação da habilitação legal	333
6.2.4.	Concurso público	334
6.2.4.1.	Exceções à regra do concurso público	337
6.2.4.1.1.	Vedação ao nepotismo	338
6.2.4.2.	Prazo de validade	341
6.2.4.3.	Direito subjetivo e prioridade na nomeação	342
6.2.4.4.	Reserva de vagas para pessoas com deficiência	347
6.2.4.5.	Reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas – Lei 15.142/2025	350
6.2.4.6.	Edital	354
6.2.4.7.	Exame psicotécnico	357
6.2.4.8.	Teste de aptidão física	358
6.2.4.9.	Investigação social	360
6.2.4.10.	Isenção da taxa de inscrição	361
6.2.4.11.	Direito à amamentação durante as provas e avaliações	362
6.2.4.12.	Forma de convocação	363
6.2.4.13.	Controle	364

6.2.5.	Acumulação de cargos, empregos e funções	365
6.2.5.1.	Exceção à regra da acumulação	365
6.2.6.	Direito de greve e de livre associação sindical	369
6.2.6.1.	Direito de greve e desconto de dias não trabalhados	371
6.2.7.	Mandato eletivo	372
6.2.8.	Estabilidade	373
6.2.8.1.	Estágio probatório	376
6.2.9.	Vitaliciedade	378
6.2.10.	Sistema remuneratório	378
6.2.10.1.	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio	380
6.2.10.2.	Irredutibilidade	382
6.2.10.3.	Limites de remuneração de servidores	383
6.2.10.4.	Vedação à vinculação e à equiparação de remunerações	386
6.2.10.5.	Vedação ao “efeito repicão”	386
6.2.10.6.	Pagamento a maior e pagamento em atraso	387
6.2.11.	Direitos e garantias dos trabalhadores em geral aplicáveis aos servidores públicos	388
6.2.12.	Regime previdenciário	389
6.2.12.1.	Modalidades de aposentadoria	391
6.2.12.2.	Contagem de tempo para aposentadoria	394
6.2.12.3.	Cálculo dos proventos dos servidores federais	395
6.2.12.4.	Reajuste dos benefícios	396
6.2.12.5.	Contribuição previdenciária e abono de permanência	396
6.2.12.6.	Pensões	398
6.2.12.7.	Previdência complementar	399
6.3.	Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	400
6.3.1.	Provedimento	402
6.3.1.1.	Nomeação	404
6.3.1.2.	Promoção	405
6.3.1.3.	Readaptação	406
6.3.1.4.	Reversão	407
6.3.1.5.	Aproveitamento	408
6.3.1.6.	Reintegração	408
6.3.1.7.	Recondução	409
6.3.2.	Vacância	411

6.3.3.	Remoção	412
6.3.4.	Redistribuição	415
6.3.5.	Substituição	415
6.3.6.	Direitos e vantagens	416
6.3.6.1.	Vencimento, vencimentos, remuneração e proventos	417
6.3.6.2.	Vantagens	418
6.3.6.2.1.	Indenizações	418
6.3.6.2.1.1.	Ajuda de custo	419
6.3.6.2.1.2.	Diárias	420
6.3.6.2.1.3.	Indenização de transporte	420
6.3.6.2.1.4.	Auxílio-moradia	420
6.3.6.2.2.	Retribuições, gratificações e adicionais	421
6.3.6.2.2.1.	Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento	422
6.3.6.2.2.2.	Gratificação natalina	422
6.3.6.2.2.3.	Dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas	423
6.3.6.2.2.4.	Do adicional por serviço extraordinário	423
6.3.6.2.2.5.	Adicional noturno	424
6.3.6.2.2.6.	Adicional de férias	424
6.3.6.2.2.7.	Da gratificação por encargo de curso ou concurso	424
6.3.6.3.	Férias	425
6.3.6.4.	Licenças	427
6.3.6.4.1.	Licença por motivo de doença em pessoa da família	428
6.3.6.4.2.	Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro	428
6.3.6.4.3.	Licença para o serviço militar	429
6.3.6.4.4.	Licença para atividade política	429
6.3.6.4.5.	Licença para capacitação	429
6.3.6.4.6.	Licença para tratar de interesses particulares	429
6.3.6.4.7.	Licença para desempenho de mandato classista	430
6.3.6.4.8.	Licença para tratamento de saúde	430
6.3.6.4.9.	Licença por acidente em serviço	430
6.3.6.4.10.	Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade	431
6.3.6.5.	Afastamentos e concessões	432

6.3.6.5.1.	Afastamentos	432
6.3.6.5.2.	Concessões	433
6.3.6.6.	Direito de petição	434
6.3.7.	Regime disciplinar	435
6.3.7.1.	Deveres	436
6.3.7.2.	Proibições	437
6.3.7.3.	Responsabilidades	438
6.3.7.4.	Penalidades	439
6.3.7.5.	Prescrição	441
6.3.8.	Apuração de irregularidades no âmbito da Administração Pública	442
6.3.9.	Sindicância	443
6.3.10.	Processo administrativo disciplinar (PAD)	445
6.3.10.1.	Considerações gerais	445
6.3.10.2.	PAD e Lei de Improbidade Administrativa	445
6.3.10.3.	Instauração do PAD e comissão processante	446
6.3.10.4.	Rito ordinário	449
6.3.10.5.	Rito sumário	452
6.3.10.6.	Prova emprestada	453
6.3.10.7.	Defesa técnica	454
6.3.10.8.	Nulidades	454
6.3.10.9.	Aplicação de penalidades	456
6.3.10.10.	Pedido de reconsideração, recurso e revisão	457
6.3.10.11.	Controle judicial	458
6.3.10.12.	Teses jurídicas sobre o processo administrativo disciplinar (PAD) dominantes no âmbito do STJ	459

7. ATOS ADMINISTRATIVOS 465

7.1.	Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos administrativos, fatos administrativos e atos da administração	465
7.2.	Conceito de ato administrativo	467
7.3.	Elementos (requisitos) do ato administrativo	470
7.3.1.	Competência	470
7.3.1.1.	Características da competência	472
7.3.1.2.	Delegação e avocação de competência	473
7.3.1.3.	Vícios de competência	476

7.3.2.	Finalidade	477
7.3.3.	Forma	479
7.3.3.1.	Vícios de forma	480
7.3.3.2.	O silêncio da Administração	480
7.3.4.	Motivo	482
7.3.4.1.	Motivo e motivação	483
7.3.4.2.	Motivação dos atos administrativos: teoria dos motivos determinantes	484
7.3.5.	Objeto	487
7.4.	Ato administrativo vinculado e discricionário	488
7.4.1.	Elementos do ato administrativo vinculado e discricionário	490
7.5.	Mérito do ato administrativo	493
7.6.	Atributos do ato administrativo	493
7.6.1.	Presunção de legitimidade	493
7.6.2.	Imperatividade	497
7.6.3.	Autoexecutoriedade	497
7.6.4.	Tipicidade	498
7.7.	Classificação dos atos administrativos	499
7.7.1.	Quanto aos destinatários: atos gerais e individuais	500
7.7.2.	Quanto ao grau de liberdade: atos vinculados e discricionários	500
7.7.3.	Quanto às prerrogativas da Administração: atos de império, de gestão e de expediente	501
7.7.4.	Quanto à formação: atos simples, complexo e composto	502
7.7.5.	Quanto à natureza das situações jurídicas que criam: atos-regra, atos-subjetivos e atos-condição	504
7.7.6.	Quanto ao ciclo de formação: ato perfeito e imperfeito	506
7.7.7.	Quanto à conformidade ao ordenamento jurídico: ato válido e inválido	507
7.7.8.	Quanto ao grau de agressão ao ordenamento jurídico: irregulares, anuláveis, nulos e inexistentes	507
7.7.9.	Quanto à produção de efeitos: ato eficaz e ineficaz	509
7.7.9.1.	Possíveis combinações entre validade e eficácia	510
7.7.10.	Quanto à natureza dos efeitos: constitutivo, declaratório e enunciativo	511
7.7.11.	Quadro sinótico da classificação dos atos administrativos	512
7.8.	Espécies de ato administrativo	513

7.8.1.	Atos normativos	513
7.8.2.	Atos ordinatórios	515
7.8.3.	Atos negociais	516
7.8.4.	Atos enunciativos	519
7.8.5.	Atos punitivos	520
7.8.6.	Quadro sinótico das espécies de atos administrativos	521
7.9.	Formas de extinção dos atos administrativos	521
7.9.1.	Cumprimento dos efeitos do ato administrativo	522
7.9.2.	Desaparecimento do sujeito ou do objeto	522
7.9.3.	Retirada do ato pelo Poder Público	522
7.9.4.	Renúncia do beneficiário	523
7.9.5.	Quadro sinótico das formas de extinção dos atos administrativos	524
7.10.	Revogação	524
7.10.1.	Limites à revogação	525
7.11.	Anulação	526
7.11.1.	Prazo para anulação	527
7.11.2.	Contraditório, ampla defesa e efeitos da anulação	530
7.11.3.	Diferenças entre anulação e revogação do ato administrativo	532
7.12.	Convalidação do ato administrativo inválido	532
7.12.1.	Vícios sanáveis e vícios insanáveis	536
7.12.2.	Convalidação – dever ou faculdade	538
7.13.	Conversão do ato administrativo	540
8.	LICITAÇÕES PÚBLICAS	543
8.1.	Introdução	543
8.2.	Âmbito de aplicação da lei 14.133/2021	544
8.3.	Vigência e regime de transição da lei 14.133/2021	547
8.4.	Princípios	548
8.4.1.	Princípio da legalidade	549
8.4.2.	Princípio da impessoalidade	549
8.4.3.	Princípios da moralidade e da probidade administrativa	550
8.4.4.	Princípio da publicidade	551
8.4.5.	Princípios da eficiência e da eficácia	552
8.4.6.	Princípio do interesse público	552

8.4.7.	Princípio da igualdade	552
8.4.8.	Princípio do planejamento	554
8.4.9.	Princípio da transparência	554
8.4.10.	Princípio da segregação de funções	555
8.4.11.	Princípio da motivação	555
8.4.12.	Princípio da vinculação ao edital	555
8.4.13.	Princípio do julgamento objetivo	555
8.4.14.	Princípio da segurança jurídica	556
8.4.15.	Princípio da razoabilidade	556
8.4.16.	Princípio da proporcionalidade	556
8.4.17.	Princípio da competitividade	557
8.4.18.	Princípio da celeridade	557
8.4.19.	Princípio da economicidade	557
8.4.20.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	558
8.5.	Objetivos do processo licitatório	558
8.6.	Margens de preferência e licitações com participação restrita	562
8.7.	Preferência na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte	563
8.8.	Agentes públicos envolvidos na licitação	566
8.8.1.	Requisitos para designação dos agentes envolvidos nas licitações	568
8.9.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação	569
8.9.1.	Inexigibilidade de licitação	570
8.9.2.	Licitação dispensável	575
8.9.3.	Dispensa de licitação para alienação de bens pela Administração Pública (licitação dispensada)	585
8.9.4.	Formalidades necessárias à contratação direta sem licitação	587
8.10.	Fases do processo licitatório	588
8.11.	Fase preparatória (1.ª fase)	589
8.11.1.	Princípio do planejamento e a fase preparatória	591
8.11.2.	Plano de contratações anual	591
8.11.3.	Estudo técnico preliminar	592
8.11.4.	Termo de referência e projetos	594
8.11.4.1.	Termo de referência	596
8.11.4.2.	Anteprojeto	597
8.11.4.3.	Projeto básico	598

8.11.4.4. Projeto executivo	600
8.11.5. Audiência pública e consulta pública	602
8.11.6. Orçamento e orçamento sigiloso	603
8.11.6.1. Orçamento sigiloso	605
8.11.7. Edital, minuta do contrato e motivação sobre as condições do edital	606
8.11.8. Análise de riscos e matriz de riscos	611
8.11.8.1. Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto	612
8.11.9. Aprovação jurídica	613
8.12. Fase de divulgação do edital de licitação (2. ^a fase)	615
8.12.1. Publicidade do edital	615
8.12.2. Impugnação do edital e pedido de esclarecimento	617
8.13. Fase de apresentação de propostas e/ou lances (3. ^a fase)	618
8.14. Fase de julgamento (4. ^a fase)	621
8.14.1. Critérios de julgamento	622
8.14.1.1. Menor preço	623
8.14.1.2. Maior desconto	624
8.14.1.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico	625
8.14.1.4. Técnica e preço	626
8.14.1.5. Maior lance	629
8.14.1.6. Maior retorno econômico	629
8.14.2. Critérios de desempate	631
8.14.3. Possibilidade de negociação de condições mais vantajosas	634
8.14.4. Desclassificação	634
8.15. Fase de habilitação (5. ^a fase)	638
8.16. Fase recursal (6. ^a fase)	642
8.17. Fase de homologação (7. ^a fase)	643
8.18. Modalidades licitatórias	644
8.18.1. Pregão	645
8.18.2. Concorrência	646
8.18.3. Concurso	647
8.18.4. Leilão	649
8.18.5. Diálogo competitivo	650
8.19. Regimes de execução	652
8.19.1. Empreitada por preço unitário	653

8.19.2.	Empreitada por preço global	653
8.19.3.	Empreitada integral	654
8.19.4.	Contratação por tarefa	654
8.19.5.	Contratação integrada	654
8.19.6.	Contratação semi-integrada	655
8.19.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado	656
8.20.	Procedimentos auxiliares das licitações e das contratações	657
8.20.1.	Credenciamento	658
8.20.2.	Pré-qualificação	659
8.20.3.	Procedimento de manifestação de interesse	661
8.20.4.	Sistema de registro de preços	662
8.20.5.	Registro cadastral	667
8.21.	Regime licitatório específico das estatais	669
8.21.1.	Introdução	669
8.21.2.	Licitação dispensada, dispensável e inexigível	669
8.21.3.	Finalidades, princípios e diretrizes que orientam a licitação	673
8.21.4.	Vedações à participação na licitação e à contratação	675
8.21.5.	Obrigações de elaborar um regulamento interno de licitações e contratos	677
8.21.6.	Regimes de contratação	677
8.21.7.	Critérios de julgamento	678
8.21.8.	Prazos de publicidade do instrumento convocatório	679
8.21.9.	Sigilo em relação ao valor estimado do contrato	681
8.21.10.	Remuneração variável	682
8.21.11.	Possibilidade de habilitação pós-julgamento	682
8.21.12.	Possibilidade de fase recursal única	683
8.21.13.	Procedimentos auxiliares das licitações	683
8.21.14.	Procedimento	684
8.22.	Licitação de serviços de publicidade	690

9. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 695

9.1.	Introdução	695
9.2.	Competência legislativa	696
9.3.	Diferença entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado firmado pela administração	698

9.4.	Principais espécies de contratos administrativos	701
9.4.1.	Contrato de obra pública	701
9.4.2.	Contrato de prestação de serviços	703
9.4.3.	Contrato de compras (ou fornecimento)	704
9.4.4.	Contrato de concessão	704
9.4.5.	Contrato de permissão de serviço público	705
9.4.6.	Contrato de eficiência	706
9.5.	Publicidade dos contratos administrativos	706
9.6.	Características dos contratos administrativos	708
9.7.	Cláusulas exorbitantes	711
9.7.1.	Possibilidade de alteração unilateral do contrato pela Administração	713
9.7.2.	Possibilidade de extinção (rescisão) unilateral do contrato pela Administração	716
9.7.3.	Fiscalização da execução do contrato	717
9.7.4.	Aplicação de sanções	719
9.7.4.1.	Tipos de infração administrativa	719
9.7.4.2.	Espécies de sanção	719
9.7.4.3.	Dosimetria da pena	722
9.7.4.4.	Procedimento de aplicação da sanção	723
9.7.4.5.	Prescrição	724
9.7.4.6.	Desconsideração da personalidade jurídica	725
9.7.4.7.	Publicidade das sanções aplicadas no CEIS e no CNEP	725
9.7.4.8.	Reabilitação do licitante ou contratado	726
9.7.5.	Ocupação temporária	726
9.7.6.	Exigência de garantia	727
9.7.7.	Retomada do objeto	732
9.7.8.	Restrição ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i> (exceção do contrato não cumprido)	732
9.7.9.	Anulação do contrato	734
9.8.	Formalização dos contratos	736
9.9.	Alteração bilateral dos contratos	742
9.10.	Prazo de duração e de prorrogação dos contratos	743
9.11.	Recebimento do objeto	746
9.12.	Realização dos pagamentos	748
9.13.	Responsabilidade pela execução dos contratos	750

9.14. Mutabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	751
9.14.1. Alocação do risco	755
9.15. Extinção dos contratos	757
9.15.1. Extinção extraordinária	757
9.15.1.1. Extinção amigável (rescisão amigável)	758
9.15.1.2. Extinção judicial ou arbitral (rescisão judicial ou arbitral)	759
9.15.1.3. Extinção unilateral (rescisão unilateral)	759
9.15.1.4. Consequências da extinção contratual	759
9.16. Controle das contratações públicas	761
9.17. Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias	764
9.18. Convênios administrativos	765
9.19. Contratos celebrados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista	767
9.19.1. Introdução	767
9.19.2. Principais aspectos previstos na Lei 13.303/2016 em relação aos contratos firmados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista	767
9.19.2.1. Alteração do contrato	767
9.19.2.2. Rescisão do contrato	769
9.19.2.3. Fiscalização da execução do contrato	769
9.19.2.4. Aplicação de sanção	770
9.19.2.5. Impossibilidade de ocupação temporária	771
9.19.2.6. Exigência de garantia	771
9.19.2.7. Impossibilidade de retomada do objeto por ato próprio da contratante	771
9.19.2.8. Aplicação sem restrição da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	771
9.19.2.9. Formalidades contratuais	772
9.19.2.10. Prazos de duração e prorrogação dos contratos	773
9.19.2.11. Responsabilidade pela execução dos contratos	773
9.19.3. Quadro-resumo comparativo entre os contratos disciplinados na Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303/2016) e os regidos pelo Estatuto das Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)	774

10. SERVIÇOS PÚBLICOS 777

10.1. Conceito	777
10.2. Classificação	780

10.3. Competência	784
10.4. Formas de prestação de serviços públicos	786
10.5. Delegação de serviços públicos	788
10.6. Concessões comuns	789
10.6.1. Direitos e obrigações dos usuários	790
10.6.2. Serviço adequado	791
10.6.3. Política tarifária	794
10.6.4. Licitação	796
10.6.5. Prazo da concessão	798
10.6.6. Cláusulas do contrato de concessão	799
10.6.7. Transferência da concessão, transferência do controle acionário da concessionária, contratação com terceiros e subconcessão	800
10.6.8. Encargos do poder concedente e da concessionária	802
10.6.9. Intervenção na concessão	803
10.6.10. Extinção da concessão	805
10.6.10.1. Advento do termo contratual	806
10.6.10.2. Encampação (ou resgate)	806
10.6.10.3. Caducidade (ou decadência)	807
10.6.10.4. Rescisão	808
10.6.10.5. Anulação	808
10.6.10.6. Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual	809
10.6.10.7. Desafetação do serviço público	809
10.6.10.8. Distrato (acordo)	809
10.6.10.9. Renúncia da concessionária	810
10.7. Concessão especial (parceria público-privada)	810
10.7.1. Modalidades de concessão especial	811
10.7.2. Vedações	813
10.7.3. Contraprestação da Administração Pública	813
10.7.4. Cláusulas do contrato de parceria público-privada	813
10.7.5. Garantias	815
10.7.6. Sociedade de propósito específico	815
10.7.7. Licitação	816
10.7.8. Normas aplicáveis apenas à União	819
10.7.8.1. Órgão gestor de parcerias público-privadas federais	819

10.7.8.2.	Fundo garantidor de parcerias público-privadas	819
10.7.8.3.	Responsabilidade fiscal	820
10.7.9.	Quadro comparativo entre as concessões especiais (parcerias público-privadas) e as concessões comuns	821
10.8.	Permissão e autorização de serviços públicos	821
10.9.	Programa de parcerias de investimentos – PPI (Lei 13.334/2016)	824
10.9.1.	Prorrogação do contrato de parceria e relicitação	826
10.10.	O Código de Defesa dos Usuários de Serviço Público	828
10.10.1.	O alcance da lei	828
10.10.2.	Diretrizes a serem observadas na prestação do serviço	829
10.10.3.	Direitos básicos dos usuários	832
10.10.3.1.	Lei Geral da Desburocratização (Lei 13.726/2018)	833
10.10.3.2.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709/2018)	835
10.10.3.3.	Direitos dos usuários da prestação digital de serviços públicos	836
10.10.4.	Deveres do usuário	836
10.10.5.	Carta de Serviço aos Usuários	837
10.10.6.	Manifestações dos usuários de serviços públicos	837
10.10.7.	Avaliação continuada dos serviços públicos	839
11.	RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	841
11.1.	Introdução	841
11.2.	Evolução das teorias sobre a Responsabilidade Civil do Estado	844
11.2.1.	Teoria da irresponsabilidade	845
11.2.2.	Teorias civilistas	845
11.2.2.1.	Teoria dos atos de império e dos atos de gestão	845
11.2.2.2.	Teoria da culpa civil ou da responsabilidade subjetiva	846
11.2.3.	Teorias publicistas	847
11.2.3.1.	Teoria da culpa do serviço	847
11.2.3.2.	Teoria do risco	848
11.3.	A evolução da responsabilidade civil extracontratual do estado no ordenamento jurídico brasileiro	849
11.4.	A responsabilidade objetiva do estado	853
11.5.	A responsabilidade subjetiva do estado	858
11.6.	Nexo causal	860

11.7. Excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal	862
11.8. O dano indenizável	866
11.9. A ação de reparação do dano	867
11.9.1. Denúnciação à lide	869
11.9.2. Acréscimos moratórios	870
11.9.3. Prazo prescricional	872
11.10. A ação regressiva do estado contra o agente público	873
11.11. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público	876
11.12. Casos especiais de responsabilidade civil do estado	878
11.12.1. Atos legislativos	878
11.12.2. Omissão legislativa	879
11.12.3. Atos jurisdicionais	880
11.12.4. Obras públicas	882
11.12.5. Atos de multidões	883
11.12.6. Pessoas ou coisas sob responsabilidade do Estado	884
11.12.7. Danos causados por presidiários foragidos	885
11.12.8. Dano nuclear	885
11.12.9. Atentados terroristas, atos de guerra e eventos correlatos	887
11.12.10. Intervenção estatal na economia	888
11.12.11. Danos decorrentes de falhas em concursos públicos	888
11.12.12. Danos decorrentes de serviços notariais e registrais	889
11.12.13. Danos ocorridos em rodovias concedidas	891
11.12.14. Dano decorrente de operação policial	893
11.12.15. Dano decorrente do comércio de fogos de artifício	894
11.12.16. Dano ao meio ambiente ou ao patrimônio cultural	895
12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	897
12.1. Introdução	897
12.2. Controle da atividade estatal – controle político e controle administrativo	898
12.2.1. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e seus reflexos no controle da Administração Pública	898
12.3. Classificação	901
12.3.1. Quanto à natureza do órgão controlador	901
12.3.2. Quanto à localização do órgão de controle	902
12.3.3. Quanto à natureza ou ao aspecto a ser controlado	903

12.3.4.	Quanto à amplitude	905
12.3.5.	Quanto ao momento	905
12.3.6.	Quanto à iniciativa do controle	906
12.3.7.	Quadro esquemático relativo às classificações do controle	907
12.4.	Controle administrativo	908
12.4.1.	Recursos administrativos	910
12.4.2.	O controle administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público pelos respectivos conselhos nacionais	912
12.5.	Controle legislativo	913
12.5.1.	Tribunais de Contas	918
12.5.1.1.	Introdução	918
12.5.1.2.	O controle externo financeiro e as atribuições dos Tribunais de Contas	919
12.5.1.3.	Aspectos importantes sobre as atribuições dos Tribunais de Contas	922
12.5.1.3.1.	Distinção entre as atribuições de “apreciar contas” e “julgar contas”	922
12.5.1.3.2.	A diferença entre a sustação de ato administrativo e de contrato administrativo	925
12.5.1.3.3.	Concessão de medidas cautelares	925
12.5.1.3.4.	Impossibilidade de quebra do sigilo bancário	927
12.5.1.3.5.	Apreciação incidental da constitucionalidade das leis	927
12.5.1.3.6.	Fiscalização das contas do Tribunal de Contas pelo Poder Legislativo	928
12.5.1.3.7.	Competência para fiscalizar as empresas públicas e sociedades de economia mista	929
12.5.1.3.8.	Atuação administrativa condicionada à atuação prévia do Tribunal de Contas	929
12.5.1.3.9.	O direito ao contraditório e à ampla defesa e a Súmula Vinculante 3 do STF	930
12.5.1.3.10.	Impossibilidade de o Tribunal de Contas decidir de forma contrária à coisa julgada	931
12.5.1.3.11.	Impossibilidade de os tribunais de contas funcionarem como instância recursal em processos administrativos tributários	932
12.5.1.3.12.	Impossibilidade de o Tribunal de Contas manter o sigilo quanto à autoria de denúncia	932

12.5.1.3.13.	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas	933
12.5.1.3.14.	Legitimidade para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas	934
12.5.1.3.15.	Ausência de legitimidade do Ministério Público de Contas para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua	935
12.5.1.3.16.	Inexistência de obrigatoriedade de a OAB prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa	936
12.5.1.3.17.	Controvérsias a respeito da indicação dos membros dos Tribunais de Contas	936
12.6.	Controle judicial	937
12.6.1.	Introdução	937
12.6.2.	Controle judicial de políticas públicas	939
12.6.3.	Controle judicial em espécie	942
12.6.3.1.	Mandado de segurança	942
12.6.3.1.1.	Introdução	942
12.6.3.1.2.	Pressupostos	943
12.6.3.1.3.	Impetrante e impetrado	946
12.6.3.1.4.	Descabimento	947
12.6.3.1.5.	Medida liminar	951
12.6.3.1.6.	Prazo	952
12.6.3.1.7.	Outros aspectos importantes	953
12.6.3.1.8.	Mandado de segurança coletivo	953
12.6.3.2.	Ação civil pública	956
12.6.3.2.1.	Introdução	956
12.6.3.2.2.	Bens jurídicos tutelados	956
12.6.3.2.3.	Espécies de tutela	958
12.6.3.2.4.	Partes	958
12.6.3.2.5.	Prazo	959
12.6.3.2.6.	Efeitos da sentença e da coisa julgada	960
12.6.3.2.7.	Concomitância da ação civil pública e da ação popular	960
12.6.3.3.	Ação popular	960
12.6.3.3.1.	Introdução	960
12.6.3.3.2.	Pressupostos	961

12.6.3.3.3.	Objeto	963
12.6.3.3.4.	Sujeitos	963
12.6.3.3.5.	Atribuições do Ministério Público	964
12.6.3.3.6.	Outros aspectos importantes	965
12.6.3.4.	Mandado de injunção	965
12.6.3.4.1.	Introdução	965
12.6.3.4.2.	Conceito	966
12.6.3.4.3.	Fontes normativas e pressupostos	966
12.6.3.4.4.	Espécies	968
12.6.3.4.5.	Legitimidade	968
12.6.3.4.6.	Prazo	969
12.6.3.4.7.	Efeitos	969
12.6.3.5.	Habeas Data	972
12.6.3.5.1.	Conceito e fontes normativas	972
12.6.3.5.2.	Objeto	972
12.6.3.5.3.	Legitimidade	972
12.6.3.5.4.	Prazo	973
12.6.3.5.5.	Outros aspectos	973
12.6.3.6.	Habeas Corpus	973
12.6.3.6.1.	Conceito, origem e fontes normativas	973
12.6.3.6.2.	Espécies	974
12.6.3.6.3.	Pressupostos	974
12.6.3.6.4.	Legitimidade	975
12.6.3.6.5.	Prazo	975
12.6.3.6.6.	Outros aspectos	975
12.7.	Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	975
12.7.1.	Introdução	975
12.7.2.	Responsabilização administrativa	976
12.7.3.	Processo Administrativo de Responsabilização	978
12.7.4.	Acordo de leniência	980
12.7.5.	Responsabilização judicial	982
12.7.6.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP – e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS	983

13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 985

13.1.	Introdução	985
-------	------------------	-----

13.2. Princípios constitucionais do direito administrativo sancionador	989
13.3. Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa	993
13.3.1. Sujeito passivo	993
13.3.2. Sujeito ativo	994
13.3.2.1. Agentes públicos	994
13.3.2.2. Terceiros	996
13.3.3. Conduta ímproba	997
13.3.4. Elemento subjetivo	1004
13.3.5. Quadro sinótico	1006
13.4. Sanções	1007
13.4.1. Considerações gerais	1007
13.4.2. Rol das sanções	1007
13.4.3. Aplicação das sanções	1008
13.5. Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza	1012
13.6. Procedimento administrativo de apuração de improbidade administrativa	1013
13.7. Ação judicial de improbidade administrativa	1014
13.7.1. Procedimento	1014
13.7.2. Competência	1018
13.7.3. Acordo de não persecução civil	1020
13.7.4. Medidas cautelares	1021
13.7.5. Prescrição	1023
13.7.6. Sentença e seu cumprimento	1027
13.7.7. Despesas processuais e honorários sucumbenciais	1028
13.7.8. Uso de colaboração premiada em ação de improbidade administrativa	1029
14. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	1031
14.1. Introdução	1031
14.2. Classificação	1032
14.3. Princípios	1034
14.3.1. Princípios expressos na Lei 9.784/1999	1035
14.3.1.1. Legalidade	1035
14.3.1.2. Finalidade	1035
14.3.1.3. Motivação	1035

14.3.1.4.	Razoabilidade e proporcionalidade	1036
14.3.1.5.	Moralidade	1037
14.3.1.6.	Contraditório e ampla defesa	1037
14.3.1.7.	Segurança jurídica	1039
14.3.1.8.	Interesse público	1039
14.3.1.9.	Eficiência	1039
14.3.2.	Outros princípios aplicáveis ao processo administrativo	1040
14.3.2.1.	Devido processo legal	1040
14.3.2.2.	Oficialidade (impulso oficial)	1040
14.3.2.3.	Publicidade	1042
14.3.2.4.	Formalismo moderado (informalismo)	1043
14.3.2.5.	Verdade material	1044
14.3.2.6.	Gratuidade	1044
14.3.2.7.	Economia e celeridade processual	1045
14.3.2.8.	Instrumentalidade das formas	1045
14.3.2.9.	Atipicidade	1046
14.3.2.10.	Revisibilidade ou recorribilidade	1046
14.3.2.11.	Participação popular	1047
14.3.2.12.	Lealdade e boa-fé	1047
14.3.2.13.	Impessoalidade	1047
14.3.3.	Quadro sinótico dos princípios aplicáveis ao processo administrativo federal	1047
14.4.	Principais diferenças entre o processo administrativo e o processo civil	1048
14.5.	Direitos e deveres dos administrados	1049
14.6.	Fases do processo	1050
14.6.1.	Instauração do processo administrativo	1050
14.6.2.	Instrução	1051
14.6.3.	Decisão	1053
14.6.3.1.	Decisão coordenada	1054
14.6.4.	Interposição de recurso	1055
14.6.5.	Instrução do recurso	1057
14.6.6.	Decisão do recurso	1057
14.6.7.	Revisão	1057
14.6.8.	Quadro esquemático do desenvolvimento do processo administrativo	1058

14.7. Da competência	1059
14.8. Dos impedimentos e da suspeição	1060
14.9. Da forma, do tempo e do lugar dos atos do processo	1061
14.10. Da comunicação dos atos	1061
14.11. Da desistência e outros casos de extinção do processo	1062
14.12. Da anulação, revogação e convalidação	1063
14.13. Dos prazos	1064
14.14. Das sanções	1066
14.15. Da prioridade para idosos e portadores de moléstias graves ou de necessidades especiais	1066
15. BENS PÚBLICOS	1067
15.1. Domínio público	1067
15.2. Conceito	1068
15.3. Classificação	1069
15.3.1. Quanto à titularidade	1069
15.3.2. Quanto à destinação	1071
15.3.3. Quanto à natureza patrimonial	1073
15.3.4. Quanto à natureza física	1074
15.3.5. Esquema sobre a classificação dos bens públicos	1074
15.4. Afetação e desafetação	1075
15.5. Regime jurídico (características)	1077
15.5.1. Inalienabilidade (alienabilidade condicionada)	1077
15.5.2. Impenhorabilidade	1078
15.5.3. Imprescritibilidade	1082
15.5.4. Não onerabilidade	1083
15.6. Alienação de bens públicos	1083
15.6.1. Alienação de bens públicos por instrumentos comuns	1083
15.6.1.1. Venda	1083
15.6.1.2. Doação	1084
15.6.1.3. Permuta	1085
15.6.1.4. Dação em pagamento	1085
15.6.2. Alienação de bens públicos por instrumentos específicos	1085
15.6.2.1. Investidura	1085
15.6.2.2. Retrocessão	1086

15.6.2.3.	Legitimação da posse	1086
15.6.2.4.	Concessão de domínio	1086
15.6.2.5.	Incorporação	1086
15.6.2.6.	Legitimação fundiária	1087
15.7.	Aquisição de bens pelo poder público	1087
15.8.	Formas de uso	1089
15.8.1.	Uso privativo de bens públicos	1090
15.8.1.1.	Autorização de uso	1090
15.8.1.2.	Permissão de uso	1091
15.8.1.3.	Concessão de uso	1093
15.8.1.4.	Concessão de direito real de uso	1095
15.8.1.5.	Concessão de uso especial para fins de moradia	1096
15.8.1.6.	Cessão de uso	1098
15.8.1.7.	Formas de direito privado	1099
15.8.1.8.	Esquema: formas de utilização do bem público	1101
15.9.	Espécies de bens públicos	1101
15.9.1.	Terras devolutas	1101
15.9.2.	Terrenos de marinha e seus acrescidos	1104
15.9.3.	Terrenos reservados (terrenos marginais)	1106
15.9.4.	Terras ocupadas pelos índios	1107
15.9.5.	Águas públicas	1108
15.9.6.	Mar territorial	1109
15.9.7.	Zona contígua	1109
15.9.8.	Zona econômica exclusiva	1110
15.9.9.	Plataforma continental	1110
15.9.10.	Ilhas	1110
15.9.11.	Faixa de fronteiras	1111
15.9.12.	Cemitérios públicos	1111
15.9.13.	Minas e jazidas	1112
15.10.	Regularização Fundiária Urbana (REURB) de imóveis públicos	1112

16. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO 1117

16.1.	Introdução	1117
16.2.	Competências legislativa e administrativa para intervir na propriedade	1118

16.3. Modalidades de intervenção na propriedade	1119
16.4. Servidão administrativa	1120
16.4.1. Distinção entre servidão civil e servidão administrativa	1120
16.4.2. Instituição da servidão e sua inscrição no registro imobiliário	1122
16.4.3. Indenização	1124
16.4.4. Extinção	1126
16.4.5. Características	1127
16.5. Requisição	1127
16.5.1. Espécies, objeto e indenização	1129
16.5.2. Instituição e extinção	1129
16.5.3. Características	1130
16.6. Ocupação temporária	1130
16.6.1. Instituição, extinção e indenização	1131
16.6.2. Características	1131
16.7. Limitações administrativas	1132
16.7.1. Características	1132
16.8. Quadro comparativo entre requisição, servidão, ocupação e limitação administrativas	1133
16.9. Tombamento	1134
16.9.1. Competência	1136
16.9.2. Espécies	1137
16.9.2.1. De ofício, voluntário e compulsório	1137
16.9.2.2. Provisório e definitivo	1137
16.9.2.3. Geral e individual	1138
16.9.3. Instituição, extinção e indenização	1138
16.9.4. Procedimento	1139
16.9.5. Efeitos ou obrigações decorrentes do tombamento	1140
16.9.6. Alienação de bens tombados	1141
16.9.7. Natureza jurídica	1142
16.9.8. Tombamento x registro	1142
16.10. Desapropriação	1144
16.10.1. Competências: legislativa, declaratória e executória	1145
16.10.2. Espécies de desapropriação e seus pressupostos	1147
16.10.3. Bens desapropriáveis	1149

16.10.4. Destinação especial dos bens	1152
16.10.4.1. Desapropriação por zona (extensiva)	1152
16.10.4.2. Desapropriação para urbanização ou reurbanização	1153
16.10.4.3. Desapropriação para fins de formação de distritos industriais	1153
16.10.4.4. Desapropriação por interesse social	1154
16.10.4.5. Desapropriação para assegurar o abastecimento da população	1154
16.10.4.6. Desapropriação-confisco	1154
16.10.4.7. Outras destinações	1154
16.10.5. Procedimento	1155
16.10.5.1. Fase declaratória	1155
16.10.5.1.1. Caducidade do decreto expropriatório	1156
16.10.5.2. Fase executória	1156
16.10.5.2.1. Via administrativa	1156
16.10.5.2.2. Via judicial	1157
16.10.6. Ação judicial de desapropriação	1157
16.10.6.1. Petição inicial e contestação	1158
16.10.6.2. Imissão provisória na posse	1159
16.10.6.3. Prova pericial	1161
16.10.6.4. Intervenção do Ministério Público	1161
16.10.6.5. Sentença e transferência do bem	1163
16.10.7. Indenização	1163
16.10.7.1. Forma de pagamento	1164
16.10.7.2. Exceções às regras de pagamento	1165
16.10.7.3. Benfeitorias	1166
16.10.7.4. Margens de rios navegáveis (terrenos reservados)	1166
16.10.7.5. Fundo de comércio	1166
16.10.7.6. Jazidas	1167
16.10.7.7. Juros compensatórios	1167
16.10.7.8. Juros moratórios	1169
16.10.7.9. Atualização monetária	1171
16.10.7.10. Honorários advocatícios	1172
16.10.8. Direito de extensão	1173

16.10.9. Tredestinação	1174
16.10.10. Retrocessão	1174
16.10.11. Desistência da desapropriação	1177
16.10.12. Desapropriação indireta	1177
16.10.13. Desapropriação rural para fins de reforma agrária	1179
16.10.13.1. Imóveis que não podem ser desapropriados	1180
16.10.13.2. Indenização	1182
16.10.13.3. Procedimento	1183
16.10.14. Desapropriação confiscatória	1184
16.11. Formas de intervenção na propriedade previstas no estatuto da cidade	1186
16.11.1. Peculiaridades da desapropriação urbanística sancionatória	1188
16.11.2. Outros institutos jurídicos previstos no Estatuto da Cidade	1188
16.12. Atuação do estado no domínio econômico	1190
16.12.1. Introdução	1190
16.12.2. Sistemas econômicos, falhas de mercado e falhas de governo	1192
16.12.3. Ordem econômica constitucional	1193
16.12.3.1. Ordem econômica: definição e fundamentos	1193
16.12.3.2. Princípios constitucionais da atividade econômica	1194
16.12.4. Formas de atuação do Estado na ordem econômica	1195
16.12.5. Intervenção indireta	1197
16.12.5.1. Competência para intervenção	1197
16.12.5.2. Repressão ao abuso do poder econômico	1198
16.12.5.3. Controle de abastecimento	1199
16.12.5.4. Tabelamento de preços	1199
16.12.6. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)	1200
16.12.6.1. Estrutura e competência	1200
16.12.6.2. Finalidades	1201
16.12.6.3. Condutas anticoncorrenciais	1202
16.12.6.4. Infrações à ordem econômica: responsabilidade, sanções e prescrição	1202
16.12.6.5. Controle de estruturas	1203
16.12.7. Estado executor	1204
16.12.7.1. Monopólio estatal	1204
16.12.8. Esquema da intervenção do Estado no domínio econômico	1206